

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ADRIANO DA SILVA ROBERTO

**CRISE ECONÔMICA EM ALAGOAS E A IMPORTÂNCIA DA SUBVINCULAÇÃO
DA EDUCAÇÃO**

**MACEIÓ
2020**

ADRIANO DA SILVA ROBERTO

**CRISE ECONÔMICA EM ALAGOAS E A IMPORTÂNCIA DA SUBVINCULAÇÃO
DA EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção na nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientador: Prof. Dr. Jailton de Souza Lira

**MACEIÓ
2020**

Ficha Catalográfica elaborada por:
Roselito de Oliveira Santos - Bibliotecário / CRB 1633
Biblioteca Setorial do CEDU- UFAL

R642c ROBERTO, Adriano da Silva. Crise econômica em Alagoas e a importância da subvinculação da educação. / Adriano da Silva Roberto, 2020.

Crise econômica em Alagoas e a importância da subvinculação da educação.
/Adriano da Silva Roberto, 2023.

50 f. Il.

Orientador: Jailton de Souza Lira.

Monografia apresentada como exigência parcial para a conclusão do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, 2020.

Bibliografia: p.46.

1. Educação-economia; 2.Educação alagoana; Alagoas-educação.

CDU: 37:33(813.5)

Ao Arquiteto do Universo por me conceder a sabedoria e a oportunidade de não apenas contar a história, mas fazer parte da história em minha modesta passagem por esse imenso universo e ainda desconhecido pela humanidade, pois nada mais sou que poeira das estrelas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a todos e a todas que ao longo desses quase cinco anos fomos condicionados a sermos famílias uns para os outros, pois inúmeros foram os momentos de alegria, choro, desespero, esperança, mas acima de tudo união.

Agradeço de forma especial a Aloísio Coimbra (*in memoriam*) que de forma serena e segura tanto ajudou em minhas pesquisas, agradeço também Ildefonso Rego (*in memoriam*) pelos esclarecimentos históricos de forma descontraída e cheios de humor.

A Doutora Fernanda Brito que em meus momentos de profunda angústia e preocupação sempre soube mostrar que mesmo tendo que conviver com a leucemia é possível sim sonhar com um futuro melhor para milhares de crianças. E que certa vez me disse: *“Não pense demais no futuro, viva o agora, pois o futuro é incerto e não sabemos se ele chegará.”*

A minha noiva Samylle pela paciência, dedicação e companheirismo que nos torna tão importantes um para o outro, resumo meu agradecimento a você com uma simples frase: Te amo para além do sempre.

A minha mãe que tendo que educar eu e meu irmão sozinha, soube ser pai e mãe em todos os momentos de nossa formação.

Por último mas não menos importante quero agradecer aos amores da minha vida, pois se assim os agradeço é porque cada um sabe do amor que tenho para com cada um(a).

*DISCURSO DE RUI BARBOSA NO
SENADO EM 1914*

*A falta de justiça [...], é o grande mal da nossa
terra, o mal dos males, a origem de todas as
nossas infelicidades, a fonte de todo nosso
descrédito, é a miséria suprema desta pobre
nação.*

*A sua grande vergonha diante do estrangeiro,
é aquilo que nos afasta os homens, os
auxílios, os capitais.*

*A injustiça, Senhores, desanima o trabalho, a
honestidade, o bem; cresta em flor os
espíritos dos moços, semeia no coração das
gerações que vêm nascendo a semente da
podridão, habitua os homens a não acreditar
senão na estrela, na fortuna, no acaso, na
loteria da sorte, promove a desonestidade,*

*promove a venalidade, promove a relaxação,
insufla a cortesia, a baixeza, sob todas as
suas formas.*

*De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver
prosperar a desonra, de tanto ver crescer a
injustiça, de tanto ver agigantarem-se os
poderes nas mãos dos maus, o homem
chega a desanimar da virtude, a rir-se da
honra, a ter vergonha de ser honesto.*

*Essa foi a obra da República nos últimos
anos. No outro regime, o homem que tinha
certa nódoa em sua vida era um homem
perdido para todo o sempre, as carreiras
políticas lhe estavam fechadas. Havia uma
sentinela vigilante, de cuja severidade todos
se temiam e que, acesa no alto, guardava a
redondeza, como um farol que não se
apaga, em proveito da honra, da justiça e da
moralidade gerais.*

*Na República os tarados são os tarados. Na
República todos os grupos se alhearam do
movimento dos partidos, da ação dos
Governos, da prática das instituições.*

*Contentamo-nos, hoje, com as fórmulas e
aparência, porque estas mesmas vão se
dissipando pouco a pouco, delas quase nada
nos restando.*

*Apenas temos os nomes, apenas temos a
reminiscência, apenas temos a
fantasmagoria de uma coisa que existiu, de
uma coisa que se deseja ver reerguida, mas
que, na realidade, se foi inteiramente.*

*E nessa destruição geral de nossas
instituições, a maior de todas as ruínas,
Senhores, é a ruína da justiça, colaborada
pela ação dos homens públicos, pelo
interesse dos nossos partidos, pela
influência constante dos nossos Governos. E
nesse esboroamento da justiça, a mais
grave de todas as ruínas é a falta de
penalidade aos criminosos confessos, é a
falta de punição quando se aponta um crime
que envolve um nome poderoso, apontado,
indicado, que todos conhecem ..."*

*(Rui Barbosa - Discursos Parlamentares -
Obras Completas - Vol. XLI - 1914 - TOMO
III - pág. 86/87)*

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade analisar o processo que levou o estado de Alagoas durante a década de 1990 a enfrentar uma de suas maiores crises econômica, política e social, levando o governo estadual a tomar medidas drásticas para tentar conter a crise econômica estadual. Após o grande sucesso do Proálcool o governo federal inicia uma forte campanha incentivando a população a substituir a gasolina pelo álcool produzido com os subsídios distribuídos ao setor sucroalcooleiro, mas fatores externos fragilizam a economia brasileira e o governo decide reduzir o apoio aos produtores de álcool, levando os usineiros alagoanos a recorrer ao governo do estado que por sua vez isentou-os de pagar o ICMS mesmo sendo esse setor o maior responsável pela arrecadação estadual, e como a educação do estado se reergueu com a ajuda dos fundos de financiamentos da educação FUNDEF e FUNDEB, sem os quais o estado certamente não teria condições econômicas de reestruturar a educação levando o estado a permanecer em uma de suas maiores crises no tocante a educação estadual, período esse que a educação foi a área que mais sofreu com a falta de recursos, os servidores da educação chegaram a ter nove meses de salários atrasados, anos letivos cancelados, escolas sucateadas e desvalorização da educação foram marcas de governos sob a alegação de que o estado não dispunha de recursos suficientes para reverter a situação a qual o estado encontrava-se.

Palavras-Chave: Educação, Economia, Financiamento, Crise, Petróleo, Sindicatos, Luta, Greve, Usineiros, Açúcar, Álcool, Cana-de-açúcar.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the process that led the state of Alagoas to face one of its biggest economic, political and social crises, leading the state government to take drastic measures to try to contain the state's economic crisis. After the great success of Proálcool, the federal government starts a strong campaign encouraging the population to substitute gasoline for alcohol produced with subsidies distributed to the sugar and alcohol sector, but external factors weaken the Brazilian economy and the government decides to reduce support for alcohol producers, leading the Alagoas mill owners to turn to the state government, which in turn exempted them from paying the ICMS, even though this sector was the most responsible for state revenue, and how the state's education was raised with the help of FUNDEF education financing funds. and FUNDEB, without which the state would certainly not have the economic conditions to restructure education, leading the state to remain in one of its biggest crises regarding state education, a period in which education was the area that suffered most from the lack of resources , education workers even had nine months of back wages, canceled school years, scrapped schools and devaluation The use of education were hallmarks of governments on the grounds that the state did not have sufficient resources to reverse the situation the state was in.

Keywords: Education, Economy, Financing Crisis, Oil, Trade Unions, Fighting, Strike, Sugar Millers, Sugar, Alcohol, Sugarcane.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	10
2 A CRISE DO PETRÓLEO (1973)	12
2.1 O PROÁLCOOL	17
2.1.1 O Acordo dos Usineiros	21
3 A FARRA NO PÓS ACORDO	22
3.1 AS CONSEQUÊNCIAS DO ACORDO NA CONJUNTURA POLÍTICA E SOCIAL NA EDUCAÇÃO EM ALAGOAS.....	24
3.2 A EDUCAÇÃO APÓS A DÉCADA DE 1990.....	29
4 A IMPORTÂNCIA DOS MECANISMOS DE REDISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS EDUCACIONAIS PARA O ESTADO DE ALAGOAS (FUNDEF/FUNDEB)	33
5 CONSIDERAÇÕES	43
REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

O quadro histórico de Alagoas é arraigado a um passado inumano e cheio de desigualdades sociais, perpetuado pelo coronelismo implantado no estado com mãos de ferro. Isso se dá pela implantação de políticas que busca desburocratizar o Estado e facilitar o funcionamento das atividades econômicas que logo é associada à reestruturação do setor sucroalcooleiro.

Os usineiros, por sua vez, contra os altos impostos do estado, recorrem a máquina pública para continuarem a reestruturação do setor em Alagoas, o que causou a bancarrota do estado na década de 1990.

O atual território do estado de Alagoas foi uma das primeiras áreas a serem ocupadas pelo processo de colonização portuguesa durante o século XVI, fazia parte da capitania hereditária de Nova Lusitânia atual estado de Pernambuco.

Desde a Colonização Portuguesa, a economia alagoana é baseada na monocultura da cana-de-açúcar, o açúcar ocupa lugar de destaque na economia e inicia-se o processo de expansão das áreas de plantação da cana.

O estado de Alagoas tem suas origens marcada pelo açúcar e pelos engenhos, símbolo de poder e dominação que foi transmitido até as atuais gerações do estado. Alagoas tem, em sua trajetória política, a marca de famílias nobres detentoras de engenhos e de grande influência entre os políticos do estado, e mesmo quando os políticos que assumem mandatos não são detentores de engenhos, são extremamente alinhados com os usineiros alagoanos, sendo capaz de manchar sua biografia para se voltar contra a classe trabalhadora e defender uma pequena minoria detentora de grandes fortunas conquistada com suor e sangue dos trabalhadores alagoanos, como o governador Ronaldo Lessa.

Para Tenório (2007) o processo de impeachment do governador alagoano Muniz Falcão em 1957, que por sua vez foi o primeiro pedido no Brasil, teve origem após determinar a cobrança de impostos aos usineiros, produtores de fumo e coco do estado.

O governo de Muniz Falcão (1956-1961) foi o primeiro a não exercer os moldes da hegemonia ruralista, com o chefe do executivo contra a oligarquia, o desfecho do pedido de impeachment de Muniz Falcão termina de forma trágica e

violenta com a morte de um deputado estadual, manchando de sangue o parlamento alagoano em 13 de setembro de 1957.

Este trabalho tem por finalidade fazer uma análise da conjuntura socioeconômica e educacional de Alagoas entre as décadas de 1970 a 2000, que após ter as atividades de diversas unidades açucareiras suspensas vem sofrendo com a falta de renda para diversas famílias, evasão escolar, êxodo de famílias inteiras para outras regiões do estado e até para outras regiões do país.

Com a paralisação das atividades de várias empresas geradoras de renda e emprego no estado em 2015, sob a alegação de não poder arcar com as despesas da moagem o estado passou a enfrentar sérios problemas sociais, econômicos e políticos.

O desejo de pesquisar sobre o tema, surgiu de inquietações e frequentes debates no Conselho Municipal de Educação e no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boca da Mata.

Durante a crise do petróleo na década de 1970, o governo brasileiro viu na produção de álcool a maneira ideal para substituir os derivados do petróleo como a gasolina, por exemplo, que já não encontrava-se facilmente nos postos de combustíveis.

O governo federal inicia o processo de expansão de produção de álcool no Brasil, tendo como objetivo principal tornar o país menos dependente dos derivados do petróleo, vendo no álcool a esperança de substituir o petróleo nas necessidades essenciais do país.

Durante a década de 1990 uma grave recessão econômica com raízes internacionais leva o Brasil a rever as políticas de financiamento e subsídios para o setor sucroalcooleiro, aos poucos o país acaba com os programas que financiava a produção do açúcar e álcool, os usineiros por sua vez acostumados a produzir com dinheiro do Estado recorrem aos governos estaduais, em Alagoas o governo concede aos usineiros isenção de ICMS por dez anos, não levando em consideração que esse setor era o principal responsável pela arrecadação estadual.

No livro “A crise que vem do verde da cana - Uma interpretação da crise financeira do Estado de Alagoas no período 1988-96; Lima (1998), nos traz um

importante levantamento histórico no que concerne a economia alagoana que sempre foi fundamentalmente dependente da monocultura da cana-de-açúcar.

No mesmo livro em questão, é possível conferir que após a assinatura do “acordo dos usineiros” a participação da agroindústria na arrecadação de ICMS do estado, cai 11.36% entre 1988 e 1989. Entre o período 1983-1991 a participação do setor sucroalcooleiro na arrecadação de ICMS de Alagoas caiu 56,54%, a queda na participação também pôde ser sentida na contribuição do estado na arrecadação nacional, nesse mesmo período houve uma queda de 0,58% (Lima, 1998).

A assinatura do acordo faz o estado viver momentos de arrocho fiscal, pois durante anos as despesas do estado foram maiores que a arrecadação, o setor que mais sofreu foi a educação, política pública que não foi levada a sério pelos governantes que passaram pelo comando do executivo neste período.

O funcionalismo público da educação encara uma batalha contra o Estado para garantir seus direitos, muitos desacreditados aderem ao Plano de Demissão Voluntária (PDV), mas os que resistem vão para o enfrentamento e unida a classe sindical alagoana consegue tirar do poder o governador que já não estava sendo uma ponte entre o Estado e seus servidores.

Com a alegação de suas atividades serem de grande valia para a sociedade, os usineiros conseguiram que o estado desenvolvesse ações para uma minoria detentora de grandes fortunas e deixou a educação alagoana amargar por longos anos o descaso e o abandono por parte do poder público, a seguir tentarei mostrar como foi difícil a trajetória da educação alagoana no pós acordo dos usineiros.

Usando da metodologia Qualitativa, analisando documentos referenciais teóricos foi possível chegar aos dados apresentados neste trabalho, embora foi possível perceber o quanto ainda é escarço dados por parte do poder público sobre a temática abordada. Como base para meus argumentos buscarei fundamentar-me nos escritos dos autores Andrade (1997), Carvalho (2009), Lima (2014), Verçosa (2011), Lira (2014), Lira (2014), Lira (2017), mais precisamente Andrade (1997), Lima (2014) e Carvalho (2009) darão base para a conjuntura específica do setor como sua evolução, incentivos e a nova crise que afetou o estado.

2 A CRISE DO PETRÓLEO (1973)

A busca incessante do ser humano por novas condições políticas é algo intrínseco desde a antiguidade. Durante séculos o ser humano vem buscando na natureza fontes de energia e consequentemente transformando seu modo de vida.

Segundo relatos históricos a primeira fonte de energia foi usada há milhares de anos, e que a madeira foi utilizada por homens e mulheres para fazer o fogo e assim permanecer aquecidos e manter-se distantes dos predadores.

Os anos se passaram, o ser humano evolui e iniciou o cultivo de seu próprio alimento passando a construir estruturas que o ajudasse no trabalho, dentre as quais se destaca o moinho de água para quebrar grãos, irrigar plantações, drenar plantações alagadas e até como fonte geradora de energia.

Somente a partir da Revolução Industrial no século XVIII é que se iniciou o uso de combustível fóssil na produção industrial. O principal combustível desse período era o carvão mineral, utilizado em máquinas à vapor auxiliando na produção de bens de consumo em massa. O carvão mineral também fora utilizado como combustível em navios e locomotivas que distribuíam no mercado nacional e internacional os bens produzidos.

Tal iniciativa tornou o carvão umas das mais importantes fontes de energia para a humanidade, com um valor relativamente baixo e de fácil acesso, o carvão mineral foi a escolha ideal para a construção de usinas e fábricas em todo o mundo.

Em 1859 Edwin Laurentine Drake perfurou o primeiro poço de petróleo no estado da Pensilvânia nos Estados Unidos da América. Desde então, o petróleo passou a substituir gradativamente o óleo de baleia, que era o principal produto empregado para iluminação e lubrificação de máquinas nas indústrias do século XIX. (NUNES, 2016)

Após vinte anos Drake perfurar o primeiro poço de petróleo, a Standard Oil Company¹ fundada por John D. Rockefeller, foi a primeira companhia no mundo a comercializar o produto de forma estruturada, realizando a extração, refino, transporte e comercialização atingindo não somente o mercado americano, mas também no exterior. (Nunes, 2016)

¹ Fundada por John D. Rockefeller em 1870, essa empresa chegou a ser responsável por 90% da produção mundial de petróleo até o ano de 1911, neste ano o congresso americano aprovou uma lei contra o monopólio da empresa, o que levou a companhia a dividir-se com 34 empresas, garantindo a concorrência livre. (NUNES, 2016)

Para André Nunes (2016), dois homens destacam-se na trajetória de tornar o petróleo a fonte primária de energia no mundo, o primeiro Henry Ford ao lançar os primeiros carros movidos a motor a combustão, o segundo Winston Churchill, que sendo primeiro lorde do almirantado britânico, teve a iniciativa de substituir o carvão mineral produzido nas ilhas britânicas principalmente no País de Gales utilizado na esquadra real por combustível derivados do petróleo, com isso a Marinha Real passou a possuir capacidade superior as demais frotas da época, tanto em velocidade quanto em manobras evasivas.

Os diferentes e diversificados usos deste recurso elevou a demanda em escala mundial, transformando-o em um produto essencial à vida humana até os dias atuais. Quando a segunda revolução industrial atingiu seu ápice nos anos finais do século XX, a procura pelo petróleo cresceu extraordinariamente como fonte primária de energia, o “Ouro Negro” tornou-se a principal fonte de energia da economia moderna, continua até os dias atuais e assim seguramente seguirá pelas próximas décadas.

Na economia mundial é responsável por suprir quase todas as necessidades imediatas de energia, seja na forma de querosene, óleo diesel, gasolina, plásticos, medicamentos (que contém benzina em sua composição), óleos lubrificantes dentre outros solventes utilizados diariamente em todo o planeta.

Atualmente cerca de 95% da energia para os meios de transportes em todo o mundo são derivados do petróleo, segundo o relatório *Energy Outlook 2017* da Agência Internacional de Energia (AIE) 40% da energia utilizada no mundo tem como fonte primária o petróleo.

Durante a segunda década do século XX, o desenvolvimento econômico e social mundial fundamentou-se no petróleo como recurso energético, um bem não renovável e que sua extinção já é vislumbrada para década de 2030, segundo a Agência Internacional de Energia (AIE). (2017)

A primazia do Petróleo resulta de atualmente não existir uma outra fonte energética que possa substituir a curto prazo de forma eficaz. A energia nuclear que foi amplamente defendida na década de 1950 para fins pacíficos perdeu força em substituir o petróleo ao deparar-se diante dos impactos ambientais como a destinação dos resíduos radioativos. As células de hidrogênio, por sua vez, tidas como um combustível alternativo, ainda estão em fase de pesquisa e sua utilização como geradoras de energia em larga escala ainda se encontra sem previsão.

Embora essas previsões possam soar preocupantes, o petróleo ainda continua a alicerçar a economia mundial e sendo o termômetro econômico no mundo, esta importante fonte primária de energia e riqueza gerou e continua a gerar grandes distúrbios políticos mundo a fora, devido a extração ser monopólio de alguns países detentores das maiores reservas de petróleo no mundo, eles aprenderam a usar esse recurso energético como barganha e conquistar um espaço no cenário comercial internacional.

O petróleo já foi tema principal de inúmeras guerras em todo o planeta, visto que os países com as maiores reservas petrolíferas detêm o controle dos preços e produção. Desde a descoberta do petróleo, seu consumo se deu de forma ampla, principalmente no apogeu da sociedade industrial, período este que o consumo era disseminado aos quatro cantos do planeta.

Em meados da década de 1970 uma grande euforia assola o mercado internacional do petróleo, o motivo, a descoberta de que tal produto não era um bem renovável. Essa descoberta causou grande impacto nos países, cuja economia é fundante pela extração do petróleo, pois foi possível imaginar o cataclismo econômico, social e político que seria (ou será) aos países que não se adaptarem a essa mudança da falta do Petróleo.

Inúmeros foram os fatores que contribuíram para a majoração do preço do petróleo na década de 1970, destacando-se a criação da Organização dos Países Exportadores do Petróleo (OPEP)², um conluio entre os principais países produtores de petróleo do mundo, cujo propósito era unificar o preço final do produto em escala global, todavia, a intenção real dos países que compunham a OPEP era construir um cartel internacional do petróleo, considerando tomar para si o controle do preço e a oferta do produto em todo o planeta.

Portanto se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo. Em que é impossível a ela ser gozada por ambos, eles se tornam inimigos. E, no caminho para o fim (...) se esforçam-se por destruir ou subjugar o outro. (Leviatã, 2003, pág. 95)

² Fundada em 14 de setembro de 1960, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) é uma organização intergovernamental, tendo como objetivo a centralização da elaboração das políticas sobre produção e venda do petróleo dos países que à compõe.

Essa nada iluminada afirmação de Thomas Hobbes (2003) em seu livro *Leviatã*, capítulo XIII, nos faz refletir acerca da competição dos homens para garantir a posse de recursos escassos.

Atualmente, manter a posse do petróleo tornou-se razão de disputas políticas no mundo inteiro, no ano de 1908 descobriu-se que o Irã possuía grandes reservas de petróleo, o que levou alguns países a especular a exploração do produto.

Em 14 de setembro de 1960, em Bagdá, reúnem-se os cinco principais países produtores de petróleo em escala mundial, destes, quatro eram da região do Golfo Pérsico, sendo eles: Arábia Saudita, Iraque, Irã e Kuwait, Venezuela participou como único país a representar a América do Sul³.

A verdadeira intenção desses países era reivindicar o congelamento do preço do petróleo por parte de um grupo de empresas petroleiras que detinham o monopólio do produto na época, o grupo era chamado de as “sete irmãs” composto pelas empresas Standard Oil, Royal Dutch Shell, Mobil, Gulf, BP e Standard Oil da Califórnia.

Segundo Francisco (2009), em sua publicação no site *Brasil Escola*, “os países membros da OPEP possuem aproximadamente 75% das reservas mundiais de petróleo, sendo responsável pelo abastecimento de 40% do mercado mundial.”

A decisão da OPEP desencadeou a transferência forçada de recursos por parte de países que necessitavam da matéria prima e que não eram produtores do petróleo, a crise estava instalada, países como o Brasil que dependia dos derivados do petróleo acabou enfrentando uma crise sem precedentes o que até os dias atuais é conhecido como a década da fome.⁴

Em 30 de abril de 1974, Alberto Galeano Madrid presidente do Banco Central de Honduras, afirma para a *Folha de São Paulo* (1974): “O impacto dos novos preços do petróleo obrigou-nos a revisar nossas políticas econômicas.” Afirma ainda: “a maioria das nações do Continente (Latino-Americano) apresenta uma economia em crise e profundamente prejudicada pelos novos preços do petróleo e seus derivados.” Na ocasião, Galeano encontrava-se em Caracas para a Assembleia de Estudos Monetários Latino Americano (CEMLA) e a décima primeira Reunião de Presidentes de Bancos Centrais Latino Americanos.

³ Os países atualmente membros da OPEP são: Argélia, Angola, Equador, Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, Catar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Venezuela. A Indonésia suspendeu a sua entrada em janeiro de 2009. A sede da OPEP está localizada em Viena, capital da Áustria.

⁴ Entre os que viveram nessa época é muito comum tomar como referência “nasceu na fome” referindo-se a década que ficou marcado pela grave crise ocorrida no Brasil em consequência as ações da OPEP.

Enquanto isso no Brasil a expectativa era de como superar a falta de abastecimento dos produtos derivados do petróleo, principalmente a gasolina.

2.1 O PRO-ÁLCOOL

Dois acontecimentos foram preponderantes para a euforia vivida pelo setor açucareiro do Brasil no período recente⁵.

O primeiro veio com o rompimento das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e Cuba. Andrade (1997, p.91) com muita propriedade nos apresenta que nessa ocasião o açúcar estava em acentuada valorização no mercado internacional quando o governo de Fidel Castro em Cuba põe em prática uma reforma agrária e nacionaliza grandes usinas produtoras de açúcar, a maioria norte-americanas. Ainda, segundo Andrade (1997), o açúcar produzido em Cuba cumpria uma cota de importação para os EUA, com o confisco e a determinação do fim das relações diplomáticas os EUA transferem a cota de importação da qual necessitava para outros países como Brasil, Peru e República Dominicana, assim o açúcar brasileiro tem outra acentuada valorização no mercado interno.

O segundo acontecimento, foi o embargo imposto pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), fazendo o governo brasileiro investir maciçamente na agroindústria canavieira para a produção de etanol em larga escala como fonte de energia a substituir a falta do petróleo e seus derivados no país.

O Programa Nacional do Alcool (Proálcool), instituído em 14 de Novembro de 1975, pelo decreto-lei 76.593 foi um programa bastante abrangente aplicado ao complexo agroindustrial canavieiro que fez do álcool o elemento central de um projeto que articulava a agroindústria canavieira, a indústria automobilística, a indústria de bens de capital, políticas de transporte e muitos recursos públicos (Lima, 2014).

O comportamento do mercado internacional estava extremamente favorável para o setor sucroalcooleiro brasileiro nesse período, e sobretudo para o nordeste, que ficou com sua produção determinada pelo Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) para o abastecimento regional e para exportação.

⁵ Como período recente considera-se neste estudo os anos posterior aos anos sessenta. Quando a crescente valorização do açúcar faz de Alagoas um importante pólo de produção de açúcar e álcool, sendo o segundo estado no Brasil e primeiro do Nordeste.

Para Carvalho (2009), a presença do estado é absoluta. A reserva de mercado e a compra da safra garantia a própria produção. A fixação de preços de cana, álcool e açúcar garantiu a margem de lucro. A conversão de subsídios, especialmente na sua forma creditícia, viabilizou a produção por meio do mecanismo da equalização de custos, ou seja, a diferença de custos entre produtores do Nordeste e do Centro-Sul seria coberta pelos subsídios originários da contribuição sobre a produção nacional de açúcar, transferidos pelo governo com o objetivo de proteger as regiões potencialmente menos competitivas como o nordeste.

No entanto, para suprir as necessidades do mercado internacional, se fazia necessário uma ampla modernização no parque industrial brasileiro que vivia momentos de grandes dificuldades, tanto financeira e com equipamentos defasados e obsoletos. (Lima, 2014)

Para tanto, era de vital importância a modernização do setor agroindustrial para aumentar a produtividade e conseqüentemente atender a demanda comercial. Para enfrentar tais dificuldades elaborou-se fundos e programas de cunho assistencialista para o setor:

- Fundo de Recuperação da Agroindústria canavieira (1961);
- Fundo de Racionalização da Agroindústria canavieira do Nordeste (1963);
- Fundo Especial de Exportação (1965);
- Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional (1965);
- Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira (1971);
- Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar / Planalsucar (1971);
- Programa Nacional do Álcool (Proálcool).

Até a década de 1970, toda a moagem da cana-de-açúcar era exclusivamente para a produção de açúcar, por já possuir preço e mercado consolidado desde o Brasil Império.

Devido à crise de abastecimento dos derivados do petróleo na década de 1970 o governo brasileiro, planejou uma política energética que não colocasse em risco o crescimento econômico vivido por este setor naquele momento.

Até então, a produção secundária das usinas era o melaço, o melaço produzido era comercializado e outra parte da produção era destinada à alimentação dos animais que ajudavam no transporte da cana nas áreas acidentadas.

Com a criação do Proálcool, garantiu-se preço e mercado do álcool, desde então, iniciou-se uma grande campanha de incentivo à produção do álcool e fazendo com que ele tornasse uma alternativa energética aos derivados do petróleo.

Durante as tentativas de aprimoramento do setor sucroalcooleiro através do Proálcool, houve três grandes períodos deste programa, o terceiro não muito positivo. O primeiro foi entre os anos de 1975 e 1979, período este que o governo por meio de financiamento deu condições para ampliação e/ou montagem de destilarias anexas às usinas de açúcar, tal fato visava o aumento da produção de álcool anidro para consubstanciar a gasolina e assim mitigar a dependência do petróleo no país. (CARVALHO, 2009)

Já o segundo período foi marcado pela expansão rápida entre os anos de 1980 e 1985, esse período é marcado pelo aumento de destilarias inclusive em regiões que não eram produtoras de cana-de-açúcar e passaram a plantar para a produção de álcool para uso automotivo. (CARVALHO, 2009)

O terceiro período é marcado pela crise e desaceleração da produção de álcool, devido a diminuição dos investimentos por parte do governo. Desde o Brasil Império, o setor produtor de cana-de-açúcar teve uma notoriedade dos governos, o Estado sempre se fez presente articulando em favor do setor, seja na regulamentação, comercialização, quanto em investimentos, tornando assim, muitos estados como Alagoas, totalmente dependente da monocultura da cana-de-açúcar.

A produção do álcool era de responsabilidade do setor privado, embora o Governo Federal financiasse toda sua produção, segundo as regras impostas pelo programa, era garantido aos produtores até 80% do financiamento das destilarias construídas anexas às usinas já existentes como também as construídas de forma independente. (CARVALHO, 2009)

O Proálcool garantia até 80% do financiamento do investimento em 12 anos com carência de 3 anos. A cana e outras matérias-primas tinham financiamento com juros de 7% ao ano, pagamento em 5 anos com carência de até 2 anos. O programa também financiava a estocagem do álcool nas destilarias, além de dar garantias de compra do produto pela Petrobrás. (CARVALHO, 2009, p.41).

Os recursos disponibilizados pelo governo federal chegaram as cifras de 7 bilhões de dólares para o Proálcool, no período em 1975 e 1990. (SHIKIDA, 1997 apud CARVALHO, 2009, p.41).

Andrade (1997) e Carvalho (2009), nos lembram que com a garantia do financiamento, preço e compra do produto, alguns produtores chegaram a construir suas destilarias com capacidade de produção acima da permitida para que no futuro pudessem conseguir aprovação de maior produção junto aos órgãos reguladores do programa. Alagoas foi um dos estados que mais se beneficiou com o Proálcool, recebendo 7% dos projetos aprovados e 8,1% dos recursos destinados ao programa. Entre os anos de 1975 e 1990, o setor alcooleiro alagoano ampliou sua capacidade produtiva por meio de 20 novas destilarias anexas e 9 autônomas, multiplicou a produção de álcool em 25 vezes e quase duplicou sua produção de açúcar e, para tudo isto, triplicou sua área plantada de cana-de-açúcar. Um notável crescimento que foi possível graças às amplas subversões governamentais, numa transferência de recursos públicos para o setor privado alagoano na ordem de, aproximadamente, 700 milhões de dólares. (SHIKIDA, 1997 apud CARVALHO, 2009, p.41).

Ainda segundo Carvalho (2009), a primeira meta a ser alcançada em 1980 era a produção de 3 bilhões de litros de álcool e a segunda em 1985 era de 10,7 bilhões de litros. Atingidos e amplamente superada essas metas, projetou-se para 1990 a produção de 14,2 bilhões de litros por meio da expansão da capacidade existente.

Apesar de substituir em partes os derivados do petróleo, o PROÁLCOOL também promoveu sérios problemas ao país como a elevação da dívida pública devido os exorbitantes benefícios concedidos, o aumento do latifúndio, a monocultura da cana-de-açúcar, alta nos preços dos alimentos devido ao baixo cultivo dos alimentos, lavouras de subsistência que deu lugar ao cultivo da cana-de-açúcar, como também o inchaço de pequenos centros urbanos, pois atraídos pelo trabalho nas unidades produtoras grande era o número de trabalhadores que migravam para regiões próximas às unidades produtoras de açúcar.

Com as condições econômicas brasileira sofrendo diretamente o impacto da crise econômica internacional, o governo brasileiro inicia o processo de desaceleração dos programas de incentivo e financiamento para o setor sucroalcooleiro, fazendo os usineiros alagoanos recorrerem ao apoio do governo estadual.

2.1.1 O Acordo dos Usineiros

Durante a década de 1980 as condições econômicas e políticas nacionais e internacionais fizeram o governo brasileiro rever o apoio incondicional há anos devotado ao setor da agroindústria canavieira, tal acontecimento explica a crise do PROÁLCOOL e a extinção do IAA.

Para Lima (2014), diante da situação que se apresenta às políticas de crescimento do setor agroindustrial canavieiro como preços, garantia de mercado e empréstimos tiveram que ser revistas e isso afetou fortemente os produtores do Norte e do Nordeste, haja vista que para sua sobrevivência e continuidade as atividades fundavam-se nas políticas de guarida e proteção adotados pelo Estado.

Em Alagoas os usineiros recorreram ao governo do estado para pedir apoio econômico e político para manterem o *ranking* como segundo maior estado produtor de cana-de-açúcar, o governo estadual sede e celebra um acordo entre os empresários.

Após decisão do Supremo Tribunal Federal relativo a representação de nº 1.394-4/AL, que ao discorrer sobre a mesma, considera inconstitucional alguns artigos da Lei Estadual 4.418/82, esta autorizava o Estado a cobrar ICMS das canas de propriedades das usinas.

Algumas usinas ligadas a Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Alcool de Alagoas, impetraram ação junto a 8ª Vara da Fazenda Pública Estadual pedindo a devolução do ICMS pago durante cinco anos, mas não obtiveram sucesso, pois o pedido fora negado.

Com a derrota na 8ª Vara da Fazenda Pública Estadual, os usineiros seguiram para mais uma tentativa, agora junto ao Governador do Estado que à época era o atual Senador da República Fernando Collor de Mello.

Percebendo o quanto foi benéfica aos empresários, outro grupo de 12 empresas apelam ao Governador:

A consolidação dessa transação estimulou as demais usinas não participantes a também ingressarem com uma ação de repetição do indébito. Da mesma forma, esse novo grupo envolvendo 12 empresas, foi contemplado com um novo acordo celebrado no dia 19/04/89 e representando US\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dólares). (LIMA, 2014, pag. 131)

O acordo mais parecia uma forma de cativar os usineiros em busca de apoio político para a candidatura à Presidência da República que seria pleiteada pelo então Governador de Alagoas Fernando Collor, pois ao conceder tal apoio financeiro aos usineiros alagoanos não levou em consideração dispositivos legais e nem como ficaria o estado sem arrecadar ICMS da maior fonte de arrecadação do tesouro estadual.

A benevolência do governador não parou por aí, os valores restituídos aos usineiros teriam que ser corrigidos e tendo à disposição uma gama de índices de correções oficiais (OTM, BTN, TR e UFIR), o governador resolve utilizar o índice de correção mais elevado.

O que faltou do Governador foi uma análise financeira da real situação econômica do Estado sem a arrecadação dos usineiros, tal acordo denominado de “Acordo dos Usineiros” deixou o estado de Alagoas falido nos anos seguintes. Quando então Fernando Collor assume a Presidência da República, demonstra desprezo pelo acordo costurado por ele e deixa o Estado definhando para a maior crise econômica, social e política.

[...] cálculos feitos pelos mesmos técnicos, utilizando os índices oficiais para cobrança de créditos tributários (OTN, BTN, TR e UFIR) mostraram que, caso houvesse direito a restituição, essa seria da ordem de R\$ 131,80 milhões. Na data em que foi realizado o cálculo, outubro de 1996, o estado já havia restituído ao setor R\$ 358,05 milhões, ou seja, R\$ 291,81 milhões a mais do que o suposto direito. Ou seja, o estado era o credor. (LIMA, 2014. pag. 133)

3 A FARRA NO PÓS ACORDO

Segundo Lima (1998), o setor sucroalcooleiro foi o principal responsável pela grave crise fiscal no estado de Alagoas no ano de 1997. A Companhia Estadual de Eletricidade (CEAL) amargava com a quantia de R\$ 40 milhões de dívidas acumuladas pelos usineiros em 1996. O Banco do Estado de Alagoas (PRODUBAN) não recebia dos usineiros o montante de R\$ 76 milhões oriundos de empréstimos contraídos pelos usineiros.

Em matéria publicada pela Folha de São Paulo intitulada; *“Usineiros de Alagoas ganharam R\$ 468,8 milhões em isenção”*, em 26 de julho de 1997, apresenta na matéria o crescimento das empresas ligadas aos usineiros alagoanos enquanto o estado passa por uma crise sem precedentes, onde funcionários do Estado matam

seus familiares e depois se suicidam por não ver opções de sobreviver em meio a nove meses de salários atrasados.

Segundo o levantamento feito pela comissão do governo de Alagoas em 1996, se arrecadado o valor seria suficiente para pagar duas vezes a folha de salários atrasados dos funcionários do estado. Com dinheiro que deixaram de pagar ao Estado, os usineiros usaram o mesmo para modernizar suas unidades e ampliarem seus negócios. Pedro Collor de Mello denunciou seu irmão Fernando Collor de Mello, então Presidente da República, alegando que os acordos serviram para arrecadar o equivalente a R\$ 12 milhões para sua campanha presidencial.

Com as outras empresas dos usineiros isentas de impostos estas cresceram consideravelmente, a Usina Roçadinho foi uma das beneficiadas com o acordo que no ano de 1995 instalou uma rede de computadores ligadas por fibra ótica para registrar a entrada de caminhões, qualidade de sacarose e da cana. No ano seguinte, a Usina Roçadinho faturou o equivalente a R\$ 52 milhões, embora seu proprietário se preocupasse mais com seu novo empreendimento, a fábrica de laticínios Valedourado que também foi agraciada com a isenção de ICMS. *Folha de São Paulo (1997)*

Ainda segundo a reportagem da *Folha de São Paulo (1997)*, a Usina Seresta que tem em seu quadro societário o ex-governador de Alagoas Teotônio Vilela Filho, na época Senador da República recebeu do estado no valor de R\$ 15.087.845,04 que logo transferiu boa parte para empresa Sococo que também recebeu apoio financeiro da Triunfo Agroindustrial, esta tinha como sócio o então presidente da Cooperativa dos Usineiros, João Tenório que transferiu R\$ 13.032.427,81 para empresas do grupo, inclusive a Sococo como já mencionado. A Usina Caeté transferiu R\$ 9.734.075,91 para Varrela Agropecuária, Profertil Produtos Químicos e para Sotam Táxi Aéreo, todos ligados ao Grupo Carlos Lyra. João Lyra transferiu de suas três usinas que pertenciam a Labinha Agroindustrial para a Mapel Maceió Veículos e Peças, JL Comercial Agroquímica e para Lug Táxi Aéreo no valor de R\$ 21.308.753,32.

Com a política de isenção de impostos os usineiros conseguiram diversificar seus investimentos, manter suas unidades em pleno vapor e ainda expandir suas atividades econômicas em diversos ramos e regiões. Isso se deu como forma de ressarcimento de impostos cobrados sob a cana-de-açúcar, no entanto o governo de Alagoas usou o maior índice de correção da época.

3.1 AS CONSEQUÊNCIAS DO ACORDO NA CONJUNTURA POLÍTICA E SOCIAL NA EDUCAÇÃO EM ALAGOAS

Está ficando cada vez mais longínquos os tempos dos lamentos e dos choramingos pela inexistência de leituras históricas circunstanciadas, regional e localmente, sobre a educação escolar que se tem praticado em todas as latitudes e longitudes deste imenso Brasil. (VERÇOSA, 2011)

A década de 1990 inicia com uma campanha de difamação do servidor público encabeçada pelo então governador de Alagoas Fernando Collor de Mello (1987-1989).

Visando sua campanha presidencial em 1989, Fernando Collor inicia uma série de ataques aos servidores públicos e propôs ações judiciais para aqueles que chamara de marajás. Para o então governador, marajás eram funcionários públicos que detinham alguma regalia, inclusive altos salários, e que não exerciam as funções que lhes competiam (LIRA, 2013).

Com isso, Collor ganha o apoio da população alagoana cansada de ver uma minoria de pessoas com tantos privilégios e poder, o jovem candidato é visto como uma esperança de melhoria de vida e de suas condições precárias. Seus discursos eram de ataques a estrutura de dominação implantada pelo estado, atacava o sindicato do crime, os privilégios que dispunham o setor sucroalcooleiro na época. Sua estratégia era emplacar uma sociedade mais justa, embora tanto suas ações quando governador em Alagoas e Presidente da República demonstraram o contrário.

Não era necessário muita informação para perceber a jogada política praticada por Collor, mas no fim sua tática deu certo e conquistou o apoio popular que viu naquele jovem uma melhoria em suas condições de vida.

Com o apoio popular, Collor foi eleito governador de Alagoas e as expectativas depositadas no jovem político, logo deu lugar a perplexidade e desencanto de uma população enganada.

No plano de governo de 1988 ficou nítido que a população não era prioridade em seu governo, pois míseros 0,4% da receita total do orçamento estadual foi destinado à educação, sendo o menor percentual destinado a educação alagoana em seus poucos mais de 200 anos (LIRA, 2013).

O próprio governo chegou a assumir publicamente a fragilidade que encontrava-se a educação alagoana, afirmando que os esforços empreendidos pelas

esferas governamentais não atingiram seus objetivos devido às dificuldades encontradas em levar educação para a população que precisa estudar.

Para Lira (2013), ao analisar o impacto da negligência do governo Collor com a educação sobre a população mais necessitada do estado, se faz importante a transcrição do trecho a seguir:

Apesar de fazer parte de todos os planos de governo, o limitado alcance desta prioridade segue a ineficiência das estruturas montadas, seja para proporcionar o acesso à escola, seja para assegurar a permanência e a progressão daqueles que entram na escola [...]
 Todavia, o reduzido êxito educacional, reconhecido pelos governos federal e estadual, vem afetar justamente as crianças mais pobres do meio rural e periferias urbanas, o que significa tirar-lhes, como também de suas famílias, oportunidades concretas de participarem intensamente do acesso aos bens culturais, econômicos e sociais. (ALAGOAS, 1988, p.204 apud LIRA, 2013, p. 46)

O período Collor de Mello é marcado pela demonstração de cinismo para com a população alagoana, a população assistiu perplexa a demagogia do jovem candidato dedicado a causa social e o bem estar dos mais necessitados e oprimidos do estado. Collor demonstrou em suas atitudes que sua fala de campanha não passava de uma retórica perfeita para persuadi seus eleitores.

Ainda segundo Lira (2013), duas medidas marcaram negativamente o governo Fernando Collor em Alagoas afetando diretamente os servidores públicos do estado. A primeira foi a negativa de reajuste salarial estipulado pelo Plano Cruzado I⁶, a segunda foi a renegociação do ICMS cobrado sobre a cana própria do setor sucroalcooleiro alagoano. Esta última foi responsável pelo cataclismo financeiro enfrentado pelo estado no fim da década de 1990.

Nesse mesmo período, a APAL que viria a se tornar SINTEAL levantou a bandeira do enfrentamento junto ao governo do estado, após tentativas frustradas de resolução dos empasses através do diálogo.

Collor mantém o discurso de que o estado não detém condições de ajustar o salário do funcionalismo público conforme determinava o Plano Cruzado I e o funcionalismo público se une para garantir seus direitos.

⁶ O Plano Cruzado I (1986) determinava que se a inflação acumulada ultrapassasse 20% ao mês, os salários dos servidores públicos e privados seriam ajustados automaticamente. Ficando conhecido como “gatilho salarial”.

As relações políticas com o governador então foram alteradas radicalmente: mesmo que nenhum dos dirigentes sindicais tivesse assumido claramente o apoio à candidatura Fernando Collor, é inegável que havia uma expectativa inicial de que o candidato representasse de fato o enfrentamento com as forças políticas organizadas com as forças políticas organizadas em torno das oligarquias alagoanas. Esta expectativa foi logo frustrada, principalmente pelos embates entre o governo estadual e os servidores públicos, dentre estes a base do SINTEAL. (LIRA, 2013 p. 49-50)

Após a renúncia de Fernando Collor ao governo de Alagoas para disputar a Presidência da República, transmitiu o cargo ao seu vice Moacir Andrade assumindo o governo entre os anos de 1989 e 1991. Andrade, sem noção administrativa enfrenta uma paralisação dos servidores públicos em favor de reajuste salarial, o governo não sabia quem estava ou não aderindo a greve e como forma de conter a paralisação determina o desconto dos dias parados, isso se deu no final do ano de 1989, ficando este ato conhecido como “o natal da fome.”

Andrade quando deputado, foi considerado aliado a causa dos servidores públicos, ajudando na luta por melhores condições de trabalho e salários, tendo sua biografia de centro-esquerda manchada por agir de forma contrária ao discurso. (LIRA, 2013)

Geraldo Bulhões, o *Gente Boa* (1991-1995), assume o governo de Alagoas, a crise financeira se agrava, e mais uma vez os servidores enfrentam o governo em busca de melhorias, embora não tenham tido êxito.

Geraldo Bulhões não tinha nenhuma preocupação com as políticas públicas, o governo era totalmente desprovido de planejamento e competência, diante do caos que foi a administração de Geraldo Bulhões, os servidores da educação aderiram a mais uma paralisação que durou meses ficando os servidores sem receber seus vencimentos, tudo isso se deu devido a desmotivação da classe e a falta de reconhecimento que viesse acompanhado de algum ganho real.

Sendo assim:

Enquanto durou a gestão Geraldo Bulhões, o setor da educação vivenciou paralisações que comprometeram o ano letivo (que chegou a ser anulado por conta do descumprimento do calendário escolar e dos componentes curriculares obrigatórios, sem nenhuma forma recomposição). Contudo, em nenhum momento o governo descontou os dias parados dos vencimentos dos servidores muito menos reprimiu as paralisações. Tão pouco ofereceu qualquer proposta de acordo satisfatória, como se simplesmente tivesse a pretensão de “deixar o tempo passar”. (LIRA, 2013 p. 57)

Em 1994, as eleições para o governo do estado levou ao Palácio dos Martírios Divaldo Suruagy (1995-1997). Suruagy assume o governo do estado se deparando com um estado falido, sem renda e uma histórica luta dos servidores públicos estaduais prestes a voltar-se contra seu governo.

A economia alagoana já vinha declinando após findar-se as políticas de incentivos e subsídios para a fabricação do álcool por parte do governo federal e a grande redução do ICMS pago ao governo estadual por parte do setor sucroalcooleiro, sendo o estado totalmente dependente dessa arrecadação.

Quando o Estado deixou de pagar os salários dos servidores públicos, o governo do estado passou a amargar a revolta popular.

A educação que já vinha passando por diversas dificuldades desde o governo Geraldo Bulhões, foi a primeira a sentir os efeitos do atraso.

Com o estado totalmente dependente da monocultura da cana-de-açúcar o estado sofreu ao ver sua receita despencar ao longo dos anos pós “acordo dos usineiros”. O governo estadual decidiu recorrer ao governo federal, mas para poder ter acesso a algum tipo de ajuda, o governo estadual teria que cumprir um programa de ajuste fiscal e financeiro.

[...] seria concedido um empréstimo de 200 milhões de reais (para o pagamento da folha salarial do funcionalismo estadual, que chegou a somar sete meses de atraso), assistência técnica e financeira para reconstrução dos mecanismos de arrecadação estadual, transformação do banco estadual em uma agência de fomento da economia, extinção de autarquias e fundações, federalização da companhia de energia elétrica e a criação do Plano de Demissão Voluntária (PDV). (LIRA, 2013, p. 69)

Os movimentos sindicais tentaram uma negociação junto ao governo estadual, no entanto não obtiveram resultados. Homem de inabalável confiança, Suruagy, tenta amenizar a situação alegando que encontrará solução para todos os problemas enfrentados pelo estado, diante da não solução dos problemas, inclusive as folhas salariais atrasadas, os servidores públicos estaduais iniciam novamente o enfrentamento. Os sindicatos se mobilizaram e começaram uma série de atos públicos, comícios e todo tipo de ações que viesse a ajudar no apoio a causa. Paralelo a isso, a OAB/AL protocola junto a Assembleia Legislativa de Alagoas o pedido de *impeachment* tentando destituir do governo Divaldo Suruagy, o pedido fora negado por 18 votos a 7, apesar de toda a crise que circundava o governo de Suruagy ele ainda detinha aliados na Assembleia Legislativa do Estado.

No dia 08 de maio de 1997, o movimento unificado dos servidores estaduais “invadem” o Palácio dos Martírios aproveitando uma reunião dos movimentos agrários junto ao governador. A reunião foi duradoura e tensa, algumas horas após o início da reunião o grupo anuncia que não deixará o palácio até o governo anunciar uma medida que os agradasse. Suruagy se retira da sala e transfere as negociações para seu vice Manoel Gomes de Barros que tenta negociar a saída dos sindicalistas e fracassa, retira-se da sala, mas antes alerta aos presentes que assumam as consequências. (LIRA, 2013)

Em seguida as luzes da sala de audiências foram apagadas e iniciou-se o barulho das batidas dos cassetetes da polícia repressiva do Estado contra os escudos dos militares, em um gesto típico de intimidação psicológica. Em seguida, fizeram uso da força física para a retirada dos manifestantes do Palácio do governo. (LIRA, 2013, p. 73)

A atitude do governo do estado foi recebida pelos sindicatos como o fim do canal de diálogo. O movimento sindical unificado percorre o estado recolhendo assinaturas para serem encaminhadas à Assembleia pedindo a saída do governador. Em uma viagem ao interior do estado, um carro de som do SINTEAL sofre um atentado a bomba.

Em julho de 1997 o pedido de *impeachment* volta a tramitar na Casa de Tavares Bastos, tendo chances reais de aprovação devido a campanha dos sindicatos contra o governo estadual.

No dia da votação do pedido de afastamento do governador pela Assembleia Legislativa, o clima era, portanto de guerra ao redor da Praça Dom Pedro II, onde estava localizada a sede do parlamento estadual. Por solicitação do governo estadual, a Casa de Tavares Bastos, [...] foi cercada por soldados do exército, que espalharam atiradores de elite dentro do prédio e nas edificações vizinhas, além da distribuição de soldados de infantaria e cavalaria [...] interditando o acesso próximo ao centro da cidade e ao local da votação. (LIRA, 2013, p.76)

Neste mesmo dia, Divaldo Suruagy sentindo a pressão popular, decidiu licenciar-se do cargo, mas após seis meses renuncia ao cargo de governador e seu Vice Manoel Gomes de Barros assume o comando do executivo em Alagoas.

O dia 17 de julho, marca a história alagoana, pois nesse dia pudemos testemunhar o poder das classes sindicais unidas em busca de um propósito, vimos a união das classes destituir o governador do estado, mesmo que as melhorias

estejam vindo a passos lentos os servidores públicos souberam articular-se mostrando à sociedade seus anseios por uma educação de qualidade para alunos e professores.

3.2 A EDUCAÇÃO APÓS A DÉCADA DE 1990

Após o governo Suruagy, Alagoas segue tendo sua educação deixada à margem pelos governos que o sucederam. Após o desastroso fim do governo Suruagy/Mano, Ronaldo Lessa assume o governo do estado de Alagoas (1999-2003; 2003-2006).

Lessa, se uni com a classe dominante do estado mantendo o ciclo do poder oligárquico em Alagoas, mantém contato direto com aqueles que eram alvo em sua campanha eleitoral, os usineiros.

A ligação de Lessa com os usineiros também foi um dos motivos que fizeram os partidos de esquerda romper com seu governo, essa ligação rendeu um novo acordo entre o estado e os usineiros.

O governo celebrou um novo acordo com os usineiros (que na visão de parte da imprensa, da comunidade acadêmica e dos críticos do governo foi mais danoso aos cofres públicos do que os acordos anteriores do final da década de 1980 firmado pela gestão Collor).

Em seu primeiro mandato, o montante da dívida do setor foi reduzida de 1,5 bilhão para 450 milhões a serem pagos em 15 anos, sem uma explicação clara da metodologia empregada ou a base de cálculo que permitiu tal redução. (CARVALHO, 2014. Apud. LIRA, 2017)

Embora Lessa tenha redesenhado sua conjuntura governamental aliando-se aos oligarcas que dominavam o estado há séculos, este também buscou reajustar o estado com a realização de concursos públicos transparentes para recompor o quadro de funcionários que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária (PDV), criou o Plano de Cargos e Carreiras do Magistério e Funcionários de Apoio da Educação, como também conseguiu regularizar a folha de pagamento do funcionalismo estadual.

Mesmo diante dessas atitudes por parte do governo Lessa, o estado não deu a atenção devida a educação, pois o Sinteal em meados de 2002 apresenta o panorama da real situação da educação alagoana, falta de progressão salarial para aposentados da educação, jornada de trabalho elevada, divulgações milionárias em

veículos de comunicação exaltando a educação, mas para o Sintéal era apenas propaganda enganosa para maquiagem a verdadeira realidade da educação em Alagoas.

O SINTEAL destacou ainda o alto índice de analfabetismo no estado, chegando a 68% de analfabetos, ou seja, um número alarmante que segundo o boletim chegava a cerca de 1,5 milhões de analfabetos absolutos, entretanto o número de crianças de 7 a 14 anos fora da escola chegava a 200 mil. (LIRA, 2017)

Enquanto os professores sofriam com a falta de estrutura para desenvolver suas atividades com qualidade, o governo do estado gastava com propagandas milionárias afirmando que a educação em Alagoas estava cada vez melhor.

As ações do governo Lessa na educação estadual não foram suficientes para a diminuição do número de analfabetos no estado, tão pouco para garantir condições dignas de trabalho para os professores da rede.

Certo de que sua missão como governador tinha alcançado grandes feitos, Lessa decide renunciar ao governo do estado e lançar candidatura ao Senado Federal, em seu lugar, assume seu Vice Luís Abílio de Souza dando continuidade com um governo sem grandes feitos ou mudanças.

Para a sucessão de seu governo, Lessa decide apoiar o então Senador da República Teotônio Vilela Filho e para presidente Geraldo Alckmin. Era a confirmação que Lessa se afastara em definitivo do posicionamento de esquerda, aliando-se aos oligárquicos e usineiros dominantes do estado das Alagoas.

Lira (2017) destaca que, em 2006, com o apoio de Lessa, o então Senador Teotônio Vilela lança candidatura ao governo do estado, com uma coligação entre os partidos PMDB/PPS/PSDB/PT do B. Teotônio Vilela se elege em 1º turno ao governo do estado de Alagoas com 733,405 votos (55,85%), deixando João Lyra em segundo lugar com 400,678 votos (30,51%) o resultado desse pleito é até os dias de hoje questionado.

O governo Vilela, inicia mantendo a estrutura oligárquica junto de si, mantendo o apoio dos diversos poderes do estado. Ainda no início do governo, Lessa que teria apoiado Vilela para o governo, rompe com a base governista, ambos trocaram acusações que chegaram a embates judiciais.

Com essa alegação Vilela decide retirar o reajuste salarial concedido por Lessa em seus últimos meses de governo, dando início ao primeiro embate com a classe sindical do estado.

Ainda segundo Lira (2017), a Secretaria da Fazenda do estado registrou um superávit no orçamento de 2,54% em comparação ao ano de 2006, tendo a receita do estado um aumento de 12,59% somando R\$ 3.447,4 bilhões.

Durante o governo Vilela, a pasta da educação sofreu diversas modificações administrativas, durante este governo a secretaria de educação acolheu sete secretários, essas mudanças não seguiam à metodologias anteriores dificultando ainda mais o alcance de uma educação de qualidade.

Vilela, decide em 2011 e 2012 reformar 340 escolas da rede estadual de ensino, no entanto, sob a justificativa de que se tratava de obras emergenciais, não realiza o processo de licitação para escolha da empresa que executaria as reformas, logo, o Ministério Público Estadual (MPE) questiona a atitude do governo.

O Sinteal também buscou respostas para o ato, elabora um dossiê em 2013 que enfatizava a existência de 67 escolas que não concluíram o ano letivo e somente uma pequena quantidade 17 escolas já estavam com o ano letivo concluído no período.

Cerca de 20 a 30 mil alunos estavam prejudicados, diante disso, o MPE movimenta contra o governo estadual quatro Ações Civil Pública e cinco Mandados de Segurança (Lira, 2017) alegando improbidade administrativa contra o então Secretário de Educação e o governador do estado.

Diante do feito por parte do MPE o governo do estado alega que a ação é infundada alegando ter contratado por meio de concurso público 3.200 professores e 56 servidores e ainda 4.234 monitores por meio de processo seletivo. (Lira, 2017)

Considerando as argumentações apresentadas pelo governo insuficientes, dando prosseguimento ao inquérito instaurado em 18 de dezembro de 2015 (Um ano após o término da segunda gestão Vilela), o MPE ajuizou Ação Civil Pública com pedido de liminar, cobrando o montante de R\$ 15.744.846,31 por danos causados ao erário estadual e à educação. A Ação Civil Pública acusou diretamente o ex-governador do estado Teotônio Vilela Filho e os ex-secretários a partir de um relatório elaborado pela Controladoria Geral da União em Alagoas (CGU/AL), após inspeção realizada entre o período de 19 de maio de 2014 a 08 de abril de 2015 que constatou as irregularidades e os danos indicados na petição. (Lira, 2017, p. 86/87)

Nesta ação, o Ministério Público Estadual de Alagoas através da Promotora de Justiça Cecília Pontes Carnaúba (autora da ação), solicita ao poder judiciário a quebra do sigilo bancário e fiscal dos réus, como também a indisponibilidade dos bens dos mesmos.

A promotora de justiça autora da ação alega que as ações da gestão acabou causando prejuízo no valor de R\$ 7 milhões de reais aos cofres do estado realizando contratações para as reformas das unidades escolares sem licitações, alegando ainda que tais contratações foram indevidas, haja vista o estado dispor da Serviços de Engenharia do Estado de Alagoas S.A, tendo esta em seu quadro de funcionários engenheiros devidamente contratados por concurso público.

Embora o governo Lessa tenha investido na propaganda nos veículos de comunicações do estado, propagando a boa qualidade da educação estadual, o governo de seu aliado Teotônio Vilela ao assumir depara-se com uma realidade bem diferente.

Era perceptível a precariedade da educação estadual, professores desmotivados, falta de condições para o exercício da função, sobrecarga de trabalho e salários defasados.

Ao assumir o governo do estado, Teotônio encontra uma educação desmotivada por falta de condições de trabalho, falta de formação e valorização.

Mesmo diante do exposto, Vilela revoga o reajuste salarial concedido ainda na gestão Lessa aos servidores estaduais, iniciando um embate entre professores e o governo do estado. O governo alegou que o reajuste faria ultrapassar o limite financeiro imposto pela lei de responsabilidade fiscal; com isso, a gestão do PSDB no estado de Alagoas foi retirar do funcionalismo público um direito conquistado durante a gestão anterior, mesmo garantindo em discursos de campanha que cumpriria o acordo salarial feito na gestão anterior.

Ao revogar o reajuste salarial, Vilela enfrenta uma das maiores crises do funcionalismo público do estado, o governador é acusado de não conhecer a realidade do estado que comanda, não dando a atenção devida a pobreza alagoana que é fruto do modelo de concentração de riqueza e poder da oligarquia estadual concentrada nas mãos de poucos, limitando-se na verdade aos coronéis e senhores de engenhos.

Lira (2017), chama a atenção para um boletim informativo do Sinteal que alegava um alto lucro no valor de U\$ 75 milhões de dólares com a exportação dos produtos derivados da cana-de-açúcar e que mesmo com uma dívida estratosférica com a companhia de energia (atual Equatorial) o Tribunal de Justiça de Alagoas decide em proibir a suspensão do fornecimento de energia, tal ato do Tribunal de Justiça de Alagoas beneficiou 23 unidades produtoras de açúcar e álcool, revelando

que até no judiciário os senhores de engenhos modernos possuem padrinhos que atuam na máquina pública em benefício do poderio oligárquico do estado.

A década de 2000, revela ao estado que sem o apoio do governo federal e do governo estadual de Alagoas uma parte dos usineiros alagoanos não conseguiam manter em funcionamento suas unidades fabris. Talvez com a ideia de voltar a velha estratégia dos engenhos centrais os usineiros alagoanos decidem paralisar as atividades de algumas unidades, fazendo parceria com unidades que pudesse moer suas canas-de-açúcar, tal estratégia faz com que a produção de uma unidade aumente consideravelmente e a outra tenha o retorno sem grandes investimentos na produção de açúcar e álcool.

Embora essa tenha sido uma estratégia que surtiria efeito para os usineiros, para a classe trabalhadora tornou-se um desastre econômico e social, milhares de trabalhadores ficaram sem renda, famílias desestruturadas por ter o chefe da família que viajar para outras regiões do país em busca de emprego, evasão escolar, pequenas cidades que dependiam da renda que as usinas geravam renda entrando em colapso financeiro com a baixa arrecadação.

4 A IMPORTÂNCIA DOS MECANISMOS DE REDISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS EDUCACIONAIS PARA O ESTADO DE ALAGOAS (FUNDEF/FUNDEB)

O período de 1950-1965 foi marcado por políticas que vislumbravam o desenvolvimento da economia brasileira através da industrialização do país, empréstimos e financiamentos foram utilizados para execução de capital que garantisse o desenvolvimento industrial. Tais fatos, ocorreram nos governos dos Presidentes General Eurico Gaspar Dutra e de Juscelino Kubitschek, ambos visionários do desenvolvimento econômico, embora tal desejo tenha levado a um desequilíbrio das contas públicas e altas taxas de inflação.

Com o início do Regime Militar no Brasil as atenções voltaram-se ao desenvolvimento econômico e a modernização do país. A estratégia de modernizar a produção brasileira teve grande sucesso chegando a ser reconhecida como a economia mais industrializada do Terceiro Mundo e chegando a ficar entre as 10 maiores economias com maior Produto Interno Bruto (PIB). (BARROS e MOREIRA, 2012)

Graças ao art. 212 da Carta Magna Brasileira (BRASIL, 1988) garantindo que a união aplicará não menos que 18%, estados o distrito federal e os municípios nunca menos de 25% oriundas de suas receitas de impostos a Constituição Federal Brasileira assegura a garantia de padrões que possa garantir a qualidade da educação no Brasil, tais padrões são definidos pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 2006, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB).

A LDB prevê para a união uma atuação redistributiva, ou seja, redistribui os recursos destinados à educação entre seus entes federados, atuando também de forma supletiva por complementar os recursos destinados.

Como forma de normatizar a função distributiva e supletiva da união, no ano de 1996 por meio da Emenda Constitucional nº 14/1996 cria-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), a criação desse fundo tinha por finalidade corrigir a má distribuição dos recursos destinados às diversas regiões e equalizar o equilíbrio entre as responsabilidades dos municípios e estados no que diz respeito à educação.

Com o FUNDEF até os municípios que não possuíam o ensino fundamental eram obrigados a destinar 15% de seus impostos ao fundo. Quando o FUNDEF passou a vigorar em todo o país, Alagoas passava pela maior crise financeira de sua história o que levou a ruir as políticas financeiras e sociais do estado.

Em 2006 o FUNDEF foi substituído pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) sendo criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006.

O FUNDEF era formado em sua maioria por recursos oriundos dos estados, do distrito federal e dos municípios, ainda ajudava a compor o fundo parte de recursos federais respeitando-se a regra de que somente seria feito caso o estado ou distrito federal não atingisse o valor mínimo por aluno nacional.

20% dos recursos resultantes da arrecadação: no âmbito estadual, do imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e sobre eventual quota-parte devida pelos estados relativa ao Imposto Territorial Rural (ITR) dos imóveis

neles situados, sobre a quota-parte devida pelos estados relativa ao Imposto Sobre Produção de Veículos Automotores (IPVA) dos veículos licenciados em seus territórios e também a quota-parte do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação; sobre o Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal (FPE); SOBRE 10% Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), que é devido pela união dos estados e distrito federal, proporcionalmente às exportações de referidos produtos. (BRASIL, 2007, arts. 60, 155, 157, 158)

Enquanto vigorava o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), somente o ensino fundamental era beneficiado ficando a quem do fundo até a educação de jovens e adultos, já as mudanças propostas pelo FUNDEB beneficia da educação infantil ao ensino médio. A criação do FUNDEF e do FUNDEB não acarretou a criação de novos impostos, embora o que a união destina a título de complementação não é suficiente para garantir uma educação com os padrões de qualidade desejável.

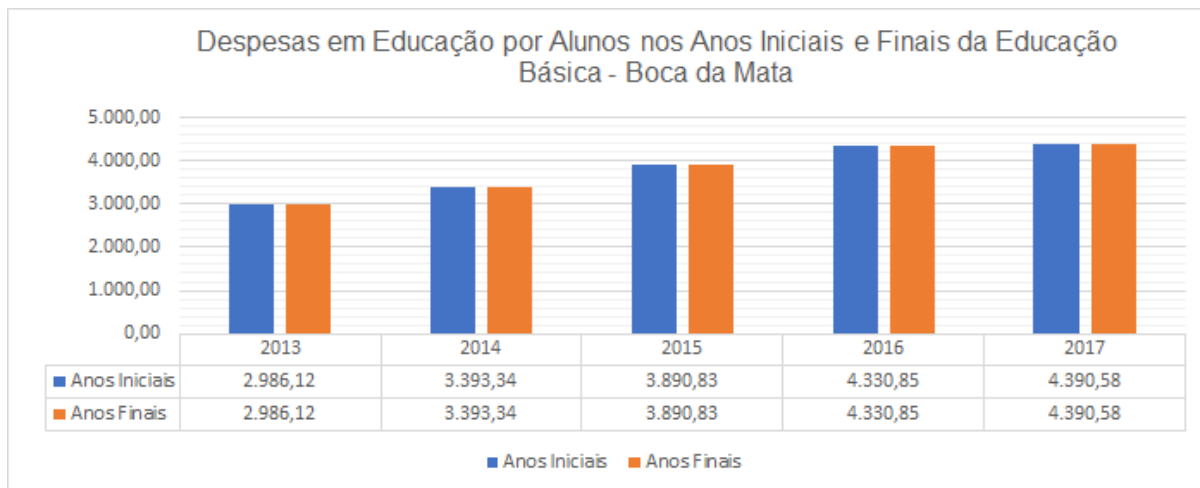
De forma prática e objetiva, o fundo é de âmbito estadual e somente se o valor mínimo aluno não seja atingido é que a união é convidada a complementar o fundo para que esse valor seja atingido.

O Brasil utiliza a política desse fundo como o limite máximo de aplicação na educação e não leva em consideração um valor maior para que possamos obter uma educação com qualidade mais elevada que a ofertada atualmente.

O CAQI – Custo Aluno Qualidade Inicial criado pela Companhia Nacional pelo Direito à Educação é um indicador que aponta o valor que deve ser investido por aluno em cada etapa de ensino da educação básica levando-se em consideração a manutenção de creches, pré-escolas e escolas com o intuito de garantir um ambiente próprio para o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

O CAQI para uma melhor compreensão é o custo aluno da educação básica durante o período letivo, ou seja, o valor repassado para que durante o ano letivo o mesmo possa receber um ensino de qualidade nas unidades educacionais.

Atualmente o valor aluno-ano repassado pelo FUNDEB ainda está distante do proposto pelo CAQI, abaixo é possível perceber que no município de Boca da Mata - AL gasta mais com os alunos do que o valor repassado por aluno.



Fonte: www.meumunicipio.org.br (2019)

O valor crescente nos últimos anos do custo aluno demonstra que o investimento na educação está avançando mesmo diante das dificuldades, vemos que os recursos estão sendo de fato aplicados e que os diversos programas existentes tem ajudado significativamente no desenvolvimento da educação básica no Brasil, muito embora saibamos que a realidade educacional no Brasil ainda está distante do ideal.

No município de Boca da Mata, mesmo com aumento no investimento por aluno na rede pública de ensino o valor não é o suficiente para ofertar uma educação de qualidade e que possa garantir o pleno exercício da profissão docente com entusiasmo profissional.

O custo-aluno necessário atualmente é o gasto possível que leva em consideração as condições atuais, mesmo com a aplicação da ajuda por parte da união através do FUNDEB não foi possível grandes mudanças na conjuntura educacional, o CAQI não tem como missão definir um valor mínimo, tão pouco definir um valor fixo para todo o país, sua pretensão é fazer com que o FUNDEB busque cumprir seu compromisso em reduzir as desigualdades e garantir a qualidade na educação brasileira.

Diante do exposto até agora percebe-se que não seria possível o estado de Alagoas garantir acesso à educação sem a ajuda financeira do FUNDEB e do FUNDEF, uma vez que o estado na década de 1990 perdeu significativamente a arrecadação do ICMS quando o então governador Fernando Collor de Mello assinou um acordo com os usineiros do estado, tal acordo levou o estado a enfrentar uma de suas maiores crises financeiras da história recente. Paralelo ao fato, os municípios do estado não seriam capazes de arcar com a educação municipal uma vez que também tiveram suas receitas afetadas pela isenção do ICMS.

A crise se arrasta por anos e tem seu apogeu em 1997, quando servidores públicos estaduais com salários atrasados se mobilizam e conseguem pressionar o parlamento estadual e o próprio governador Divaldo Suruagy que renuncia ao cargo deixando seu vice Manoel Gomes de Barros, este por sua vez assume o governo estadual sem a pasta fiscal ficando está sob intervenção federal. A década de 1990 foi um período conturbado para o estado de Alagoas, nesse período, o estado atravessou uma de suas maiores crises na economia, na política e nas áreas sociais.

Em 1996 cria-se o FUNDEF, esse fundo é composto por recursos dos três níveis da administração pública do Brasil e fora criado como forma de promover o financiamento da educação básica pública brasileira.

Durante o ano de criação do fundo, Alagoas possuía 2.633,251 habitantes, correspondendo a 1,68% da população brasileira.

Em 1996 o estado de Alagoas era composto por 100 municípios, a capital Maceió possuía 723.142 moradores e abrigava sozinha 27% da população do estado, o segundo maior era o município de Arapiraca situada no agreste alagoano está possuía 173.339 habitantes único município alagoano na faixa entre 100 e 500 mil habitantes e ainda continua sendo um importante centro regional, sua economia é marcada pela lavoura de fumo.

Na faixa entre 50 e 100 mil habitantes, havia quatro municípios Palmeira dos Índios, Rio Largo, União dos Palmares e Penedo. O primeiro localiza-se no agreste do estado e os demais situam-se no leste alagoano, Rio Largo por sua vez está situado na região metropolitana de Maceió. Os outros 94 municípios encontrava-se

nas faixas abaixo dos 50 mil habitantes e desses apenas 5 possuíam menos de 5 mil habitantes.

A população alagoana cresceu 2,18% a.a. no período compreendido entre 1985 e 199 e 0,95% a.a. no período entre 1991 e 1996, já o Brasil cresceu 1,93% a.a. e 1,36% nos respectivos períodos. Alagoas caracterizou-se como área de evasão populacional em termos nacionais e regionais, sendo este exportador de mão de obra para grandes empresas da região Sul e Sudeste.

A economia alagoana é baseada na agricultura e seu principal produto é a cana-de-açúcar, o setor industrial de Alagoas era constituído por usinas de açucareiras, fábricas de algodão e sisal e fábricas de tecidos.

A evolução estrutural do Produto Interno Bruto (PIB) de Alagoas no período entre 1985 e 1998 espelha a crise do seu principal produto agrícola, a cana-de-açúcar.

A taxa de crescimento anual no concerne a ocupações entre 1992 e 1999 as que mais evidenciaram-se relatório divulgado pela SETEC em 1999 foram:

Motorista (2,2% a.a.), médico (5% a.a.) e professores das séries iniciais (4,3% a.a.), nesse período os maiores aumentos de vagas em números absolutos foram professores das séries iniciais (14 mil novas ocupações), balconistas e atendentes (7 mil), serviços por conta própria (6 mil) costureiro alfaiate, motoristas e ajudantes de pedreiros (5 mil) e cozinheiro não-domésticos (4 mil). As divisões de alimentos e bebidas e o seguimento de química e combustível (que contém a produção de álcool combustível) empregam 81% e 9% do pessoal ocupado respectivamente. (SETEC/1999)

A distribuição espacial dessas indústrias canavieiras privilegiam as demais regiões do estado concentrando 71% dos empregos industriais, já os 29% encontram-se na região de Maceió, isso ocorre devido a necessidade das unidades de processamento serem construídas próximas ao seu produto principal a cana-de-açúcar.

A maiorias das unidades açucareiras foram implantadas após 1990 (31%), e empregam somente 4% dos trabalhadores, a maiorias das ocupações em indústrias alagoanas (66%) encontram-se na unidades implantadas até 1969, a venda dos

insumos produzidos por estas unidades apenas 50% é comercializado no próprio estado.

Nessas indústrias os trabalhadores braçais e os de menor qualificação ocupam a maior parte dos empregos ligados à produção (66%), seguidos pelos trabalhadores semiqualeificados (21%), qualificados (10%), técnicos de nível médio (3,6%) e de nível superior (0,6%).

Segundo dados do IBGE essa distribuição contraria o que pode ser verificado em outros estados, cuja categoria de semiqualeificados é a mais numerosa apontando ainda para uma pequena participação de técnicos em nível médio e de nível superior. Contudo, é possível perceber uma baixa qualificação dos trabalhadores da indústria alagoana.

A relação dessas indústrias com escolas de formação técnica é o recrutamento de estagiários para atuar como profissionais, diminuindo assim gastos com mão de obra qualificada e que quase nunca esses estagiários são acompanhados por professores da unidade educacional.

As exigências para contratação de pessoal são a escolaridade, embora para o setor de serviços o requisito mais exigido do pessoal semiqualeificado é a quarta série do ensino fundamental, seguido pelo ensino fundamental completo, o ensino médio é requisitado na contratação de pessoal qualificado e do pessoal não ligado a atividade principal, ou seja, nos setores administrativos.

Diante do exposto, é possível verificar que o estado pouco avançou nas ações de educação e qualificação, isso se deu durante anos devido a dominação econômica e política do estado, pois sempre tiveram fortes ligações com os grandes empresários e políticos alagoanos focando sempre em manter nas unidades mão de obra barata.

Após o ano de 1997, Alagoas inicia um avanço significativo quando passou a receber os recursos oriundos do FUNDEF, inicia-se aí a ampliação no número de vagas ofertadas na rede pública de ensino, embora esse aumento não tenha sido acompanhado com uma oferta de qualidade.

Na tabela abaixo é possível verificar o avanço no número de matrículas após a criação do FUNDEF, a partir daí o estado inicia a retomada na educação pública.

MATRÍCULA - ALAGOAS - ENSINO FUNDAMENTAL		
ANO	MATRÍCULAS	
	FUNDEF	
1997		388.251
1998		441.255
1999		701.643
2000		720.576
2001		719.658
2002		718.589
2003		728.163
2004		729.780
2005		716.907
2006		706.862
	FUNDEB	
2007		799.945
2008		788.339
2009		778.482
2010		741.380
2011		721.290
2012		692.176
2013		668.674
2014		641.588
2015		440.880
2016		428.264
2017		417.955
2018		403.581
2019		389.475

Fonte: INEP

Durante os dez anos de vigência do FUNDEF é possível perceber na tabela que o número de matrículas no ensino fundamental da rede pública de ensino cresceu exponencialmente até o ano de 2006.

Em 2007 quando estados e municípios passaram a receber o novo fundo (FUNDEB) os números de matrículas continuam a crescer, mas a crise do setor sucroalcooleiro no estado leva famílias inteiras a migrarem para outros estados, isso também é possível de ser verificado na tabela acima que a baixa dos números correspondem aos anos (a partir de 2015) em que o mesmo setor inicia uma grave recessão, deixando o estado a mercê economicamente.

É imprescindível que programas voltados para o desenvolvimento da educação devem ser constantemente estudados e aprimorados, pois auxiliam no combate a evasão escolar e na falta de qualidade na educação brasileira.

Os problemas oriundos do financiamento e a qualidade da educação brasileira são problemas estruturais de longa data essa problemática possivelmente não será resolvida apenas com recursos financeiros e sim com investimentos na infraestrutura escolar, diminuição do número de alunos por sala, a formação profissional e a valorização docente.

Essas lacunas existentes são superadas pela luta organizada da sociedade civil organizada que luta por seus direitos, embora também sabemos que isso acontece a longo prazo devido procedimentos administrativos e de gestões que na maioria das vezes prolongam a execução dos direitos conquistados.

Considerando que vivemos atualmente numa sociedade com recursos muito reduzidos o investimento na educação é deixado de lado e na maioria das vezes é investido somente o determinado em leis deixando muito a margem o valor primaz que a educação brasileira precisa para garantir um acesso à educação de qualidade.

NÚMERO DE MATRÍCULAS POR ETAPAS DE ENSINO - ALAGOAS			
ANO	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
2007	77.039	619.804	112.296
2008	75.649	603.277	109.413
2009	76.491	588.664	113.327
2010	77.412	555.074	108.894
2011	80.094	530.433	110.763
2012	82.821	501.918	107.437
2013	86.860	476.632	105.182
2014	87.915	450.823	102.850
2015	87.683	440.880	99.123
2016	89.909	428.264	95.071
2017	96.726	417.955	92.734
2018	98.907	403.581	91.970
2019	101.529	389.475	87.423

Fonte: INEP

Na tabela podemos analisar que durante todo o período do FUNDEB a educação infantil foi a que mais cresceu durante o período, isso indica que os governos investiram de fato em novas unidades educacionais para educação infantil como Creches e Pré - Escolas dando mais autonomia e segurança para as famílias deixarem suas crianças e ingressarem no mercado de trabalho, mas também estimulando nas crianças desde cedo o desenvolvimento e o autoconhecimento.

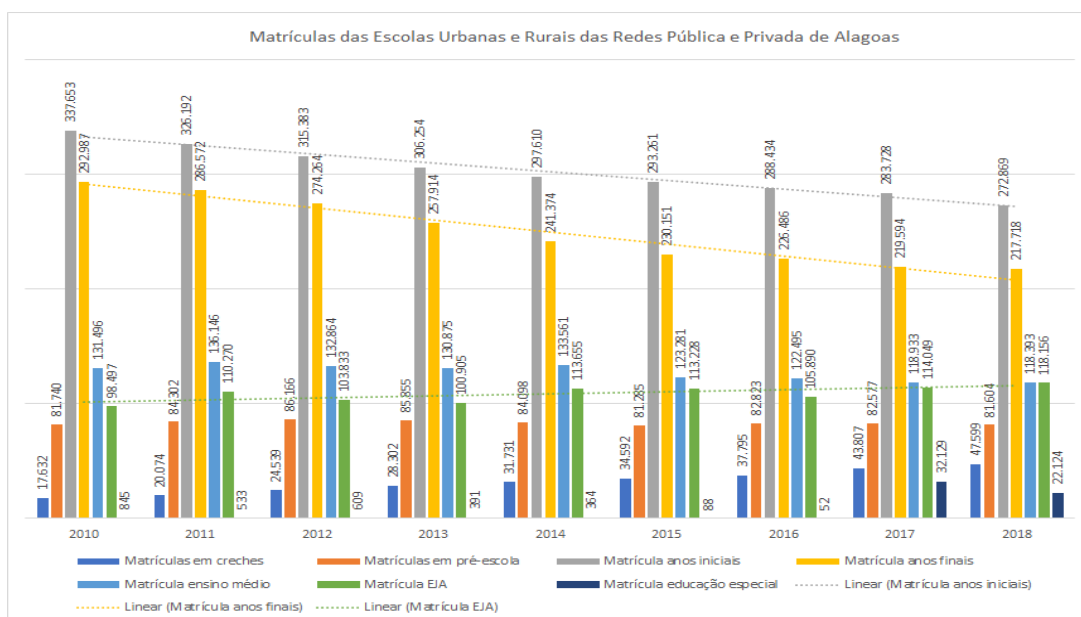
Verifica-se ainda que desde o ano de 2013 o Ensino Fundamental e Médio, vai perdendo a cada ano o número de vagas e que o número de alunos que deixam o

ensino fundamental não é proporcional aos que ingressam no ensino médio ficando nítido que o número da evasão escolar ainda é alto no estado, como citado anteriormente isso se dá a partir da crise econômica mundial que iniciou-se no ano 2000 e consequentemente alargado com a crise do setor sucroalcooleiro em Alagoas.

Com a crise do setor sucroalcooleiro em Alagoas famílias migram para outras regiões do país e com isso os municípios alagoanos perdem significativamente o número de matrículas nas redes municipais de ensino, as receitas das cidades caem drasticamente com a falta de atividade econômica remunerada e os municípios entram em crise junto com o estado.

O município de Boca da Mata onde está localizada uma das unidades de processamento de cana-de-açúcar sofreu drasticamente com a queda no número de matrículas após o fechamento dessa unidade em 2015, sejam elas da zona rural ou da zona urbana, abaixo podemos perceber no gráfico o declive no número de matrículas nos segmentos da educação, somente a EJA sofreu um leve aumento no número de matrículas, com isso podemos observar que houve maior procura por parte dos Jovens e Adultos em busca de melhor qualificação para o mercado de trabalho.

Atualmente, a unidade de processamento de cana-de-açúcar do município encontra-se desativada e sem perspectiva de reativação o que pode-se concluir que no tocante ao número de matrículas na rede municipal de ensino permanecerá em queda pelos próximos anos.



Fonte: QEDU

A estimativa do custo-aluno é um referencial que garante às escolas insumos necessários para uma educação adequada e de qualidade.

Saber o custo-aluno e os custos educacionais para cada aluno é indispensável à administração pública, principalmente nas tomadas de decisões. O custo-aluno como já mencionado é um custo planejado, pretendido que auxilia na comparação com o custo real investido na educação brasileira.

O governo na sociedade geralmente não sabe quanto custa os serviços públicos ofertados, sendo assim, não existe uma medida dos custos, isso por sua vez já configura a ineficiência do Estado. (ALONSO, 1999)

Ou seja:

O gasto aluno traz a informação geral do total investido em educação pelo total de matrículas na rede. Não considera estratificações, como etapas e unidades. O gasto aluno é uma uniformização mais fácil de ser obtida, por isso é largamente utilizada nos estudos sobre o financiamento. Porém, é uma medida imprecisa, genérica e não informa quanto de fato foi gasto para efetuar uma matrícula em cada escola e etapa de ensino. Conclusões utilizando o gasto aluno desconsideram a possibilidade de haver grande desigualdade de custo entre escolas da rede. (CARDOSO, 2018)

O custo-aluno é uma ferramenta de grande importância na tomada de decisões como também para custear as políticas de financiamento educacional como é o caso do FUNDEB, com isso o custo-aluno nos permite conhecer quanto custa a oferta de uma matrícula e manter toda a estrutura de uma unidade escolar.

5. CONSIDERAÇÕES

Durante cinco séculos, a cana-de-açúcar foi responsável pela riqueza e prosperidade de uma pequena parcela do país. Hoje, vemos o estado de Alagoas que já viveu momentos memoráveis entrando numa crise que nos faz retornar ao passado recente (1997) e recordar o quão difícil foi sobreviver num estado cujo servidores ficaram até nove meses sem receber seus salários, servidor militar estadual matou sua própria família e em seguida atenta contra própria vida, policiais entram para o crime organizado como foi a gangue fardada formada por policiais sob a alegação de “ganhar dinheiro,” outros foram presos pelos próprios colegas por cometer assaltos na capital alagoana.

Uma educação falida sem o mínimo necessário para funcionar adequadamente, professores com salários atrasados, a saúde amargava a falta de todo tipo de medicamentos, o caos estava instalado no estado das Alagoas.

O estado nunca se preocupou em abrir seu mercado interno para outra fonte geradora de renda e com isso evitar deixar o futuro do estado na mão de poucos, os políticos do estado sempre se curvaram ao poderio do senhor de engenho que mantém até hoje o poder oligárquico nas mais diversas regiões do estado.

Com a pressão dos poderosos o estado apostou todo seu futuro na monocultura da cana-de-açúcar, não levando em consideração uma outra fonte de riqueza e renda para o estado caso está lhe faltasse.

Com a monocultura da cana-de-açúcar instalada no estado os usineiros passaram a dominar toda a produção geradora de renda deixando os dirigentes estaduais e municipais de joelhos e alheios a vontade dos senhores do açúcar, e quando alguém de pulso enfrentava um desses senhores a vingança vinha em forma de sanções, pois redirecionava sua produção para outra “freguesia” deixando a anterior desassistida de seus produtos.

Hoje, Alagoas vive novos tempos, mas o poder ainda está nas mãos de poucos, dispostos a qualquer artifício para se manterem no poder e se alguém o enfrentar ou tentar medir forças com os poderosos do estado, saberão que as consequências certamente virão.

O estado ainda amarga um alto índice de analfabetismo, evasão escolar e recentemente o êxodo de famílias inteiras para outras regiões do país, atualmente as redes de ensino veiculam nos órgãos de comunicação chamadas para matricularem os filhos nas redes municipais de ensino e mesmo diante das propagandas o número de alunos nas redes públicas de ensino vem caindo a cada ano.

Durante as pesquisas para elaboração deste trabalho, busquei dados junto a Secretaria Estadual de Educação e a Secretaria de Estado da Fazenda, para minha surpresa as solicitações não foram atendidas mesmo sendo pelo Serviço Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, por meio deste apenas recebi um ofício eletrônico contendo link que encaminhava para páginas com informações genéricas de pouco relevância.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Marcos. Custos no serviço público. **Revista do Servidor Público**, Brasília. N.1, p. 37-63, ano 50, 1999.

ANDRADE. Manoel Correia. Usinas e destilarias das Alagoas. Maceió: EDUFAL, 1997.

Bancos Centrais Iniciam Reunião. Folha de São Paulo, 30 de abr. de 1974. Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=5105&anchor=4345829&origem=busca&pd=22f9b98bba76d8cd75aee357c8d9d15e>> Acesso em: 24 dez. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2008.

BARROS, Fabiana P; MOREIRA, Jani A. da Silva. As Políticas para o Financiamento da Educação Básica Pública no Brasil: Primeiras Aproximações. **Revista Percorso - NEMO**, Maringá, v.4, n.2, p.193 - 217, 2012.

CARDOSO, Jaqueline Aparecida. Uma análise do Custo – Aluno em Escolas de uma Rede Municipal de Ensino. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v.8, n. 7, 2018.

CARVALHO. Cícero Péricles de. Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana / Cícero Péricles de Carvalho. -3 ed. - Maceió: EDUFAL, 2009.

CORRÊA, Michelle Viviane Godinho. “Milagre Econômico”; Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/milagre-economico/>>. Acesso em 26 de dez. de 2018.

CARDOSO, Jaqueline Aparecida. Uma Análise do Custo-Aluno em Escolas de uma Rede Municipal de Ensino. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, [S.l.], v. 8, nov. 2018. ISSN 2236-5907. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/80191/50567>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. O banguê nas alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional. - 3ª ed. / Manuel Diégues Júnior. - Maceió: EDUFAL, 2006.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "Opep"; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilestola.uol.com.br/geografia/opep.htm>>. Acesso em 30 de junho de 2019.

IBGE, <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al.html><acesso em: 16 abr 2020>

IBGE - Estatística da Produção Agrícola Janeiro 2012 (SETEC). Disponível em: Acesso em: 14 Fev 2020.

JUNIOR. Antônio Gasparetto. InfoEscola. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/economia/crise-do-petroleo/>> Acesso em: 26 dez. 2018.

LIRA. Fernando José de. Crise, Privilégio e pobreza: Alagoas no limiar do terceiro milênio / Fernando José de Lira. - Maceió: EDUFAL, 1997.

LIMA. Araken Alves. A crise que vem do verde da cana: uma interpretação da crise Financeira do Estado de Alagoas no período 1988-96 / Araken Alves Lima - Maceió: EDUFAL, 1998.

LIRA. Fernando José de. Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas / Fernando Lira. - Maceió: EDUFAL, 2007.

LIRA. Jailton de Souza. Uma questão de classe: o movimento sindical da educação em Alagoas. / Jailton de Souza Lira - EDUFAL, 2013.

LIRA. Jailton de Souza. Educação pública em Alagoas: a ofensiva neoliberal dos governos Teotônio Vilela Filho (2007 - 2014) / Jailton de Souza Lira. - Maceió: EDUFAL:imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017.

LIRA. Sandra. Alagoas 2000-2013. Editora Fundação Perseu Abramo / Sandra Lira. São Paulo, 2014.

LIMA. Araken Alves. Evolução da agroindústria canavieira alagoana no século XX / Araken Alves de Lima. - Maceió: EDUFAL, 2014.

Ministério da Educação. Fundação Casa de Rui Barbosa. Discursos Parlamentares - Obras Completas - Vol. XLI - 1914 - TOMO III - pág. 86-87. Rio de Janeiro — Brasil.

NUNES. André Figueiredo. O CHOQUE DO PETRÓLEO de 1973: Estados Unidos, OPEP e a Segurança Energética. 2016. Dissertação (Mestrado em História Comparada) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Portal da Transparencia <http://transparencia.al.gov.br/repassse/analise-grafica/><acesso em: 16 abr 2020>

SURUAGY. Divaldo. Ilusões do Poder / Divaldo Suruagy. - São Paulo: Nobel, 1999.

TENÓRIO. Douglas Apratto. A tragédia do populismo: O impeachment de Muniz Falcão / Douglas Apratto Tenório - 2ª ed. - Maceió: EDUFAL, 2007.

WAGNER, Maria Neugesila Lins. O amargo doce da cana: em torno do enfoque da sustentabilidade do desenvolvimento / Maria Neugesila Lins Wagner. - Maceió: EDUFAL, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Página.

Usineiros de Alagoas ganharam R\$ 468,8 milhões em isenção. **Folha de São Paulo**, São Paulo, arquivo painel folha, 26 jul. 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fof/pol/po26071.htm>> Acesso em: 20 Out. 2019.

